

**Editoriais** > *Um país de classe média* comenta pesquisa da Fundação Getúlio Vargas dando conta de que a classe média passou a representar 51,8% da População Economicamente Ativa das seis principais regiões metropolitanas do país; e *Gestão de Recursos Hídricos* apóia decisão do governo do governo estadual de submeter esta questão a critérios rigorosamente técnicos. **Página 14**

# Um país de classe média

A expansão da classe média e a redução dos percentuais de miséria no país, reveladas por duas pesquisas de âmbito nacional divulgadas agora, confirmam nos números uma realidade que já vem sendo percebida há algum tempo nas transformações sociais e mudanças de hábito de consumo dos brasileiros. Num país de dimensões continentais e com tantas iniquidades, é difícil mensurar com precisão as mudanças registradas na escala social. Ainda assim, há alguns aspectos inquestionáveis, como o de que a economia brasileira vai se distanciando de sua ligação direta com a miséria e passa a se associar cada vez mais à classe média.

Nos cálculos da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o grupo constituído por pessoas entre 15 e 60 anos com renda domiciliar mensal de R\$ 1.064 a R\$ 4.591 passou a constituir 51,8% da População Economicamente Ativa (PEA), em abril, nas seis principais regiões metropolitanas do país— São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife. O percentual confirma a classe média como majoritária e significa um salto em relação ao percentual de 42,5% registrado há seis anos. Simultaneamente, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) anuncia que 3 milhões de brasileiros, nessas mesmas regiões metropolitanas, terão deixado a pobreza entre 2002 até o fim deste ano.

A redução das iniquidades sociais confirma que o poder público tem um papel importante a desempenhar na correção de deformações de ganhos. Entre os aspectos que in-



*O Brasil precisa assegurar políticas adequadas capazes de preservar e aprofundar a ascensão e os ganhos para parcelas cada vez maiores da sociedade.*

fluenciaram na ascensão social de boa parte da população, estão desde o Bolsa-Família até o reajuste do salário mínimo em níveis reais e a ampliação do número de contemplados com aposentadorias e benefícios previdenciários, benefícios aos quais o poder público precisa assegurar as condições para continuar a bancá-los.

Mas nesse contexto é eloqüente e significativo o comentário feito a respeito pelo economista Marcelo Neri, da Fundação Getúlio Vargas (FGV): "A nova classe média é aquele grupo emergente que cresceu a partir do próprio trabalho. A carteira assinada é seu grande símbolo". Sim, o poder público tem papel importante na

criação do ambiente propício à ascensão das classes menos favorecidas a patamares socioeconômicos mais altos. Mas é o investimento privado, são as empresas que correm riscos e apostam no país que criam os empregos e assinam as carteiras de trabalho que garantem uma vida melhor a uma grande parcela da cidadania que há muito tempo sobrevive à margem do consumo.

Países como a Argentina, cujo ritmo da economia depende em grande parte do potencial de consumo da classe média, demonstram que essa costuma ser também a faixa mais vulnerável à instabilidade econômica. O Brasil precisa se mostrar capaz de assegurar políticas adequadas para ampliar a capacidade de consumo e, principalmente, de preservar e aprofundar os ganhos para parcelas cada vez maiores da sociedade.